



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

THATIANE FLAVIENNE DE VASCONCELOS FARIA

**UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO QUILOMBO DO MAICÁ, E A
CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE EM MEIO A SINGULARIDADES E
IMPACTOS AMBIENTAIS.**

**SANTARÉM/PA
2024**

THATIANE FLAVIENNE DE VASCONCELOS FARIA

**UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO QUILOMBO DO MAICÁ, E A
CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE EM MEIO A SINGULARIDADES E
IMPACTOS AMBIENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade Federal do
Oeste do Pará (Ufopa), como parte das
exigências para a obtenção do título em
licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pansonato
Cazula

**SANTARÉM/PA
2024**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema
Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

- F224a Faria, Thatiane Flavienne de Vasconcelos
Uma análise sobre a formação do Quilombo do Maicá, e a construção de sua identidade em meio a singularidades e impactos ambientais./ Thatiane Flavienne de Vasconcelos Faria. - Santarém, 2024.
55 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientador: Leandro Pansonato Cazula.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em Geografia.
1. Território. 2. Impactos sócio territoriais. 3. Identidade. 4. Santarém/PA. I. Cazula, Leandro Pansonato, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 326.098115

Thatiane Flavienne de Vasconcelos Faria

**UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO QUILOMBO DO MAICÁ, E A
CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE EM MEIO A SINGULARIDADES E
IMPACTOS AMBIENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade Federal do
Oeste do Pará (Ufopa), como parte das
exigências para a obtenção do título em
licenciatura em Geografia.

Nota: 9,0

Data da aprovação: 23 de maio de 2024

Prof. Dr. Leandro Pansonato Cazula, Orientador.

Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr.^a Maria Salomé Lopes Fredrich, Avaliadora.

Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof.^a Zaíra Evelim Aguiar Serique, Avaliadora.

Secretaria de Estado de Educação –Pará



**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro realizou-se na Unidade Rondon do Campus de Santarém da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), a apresentação pública do Trabalho de Conclusão do Curso desenvolvido pela discente **Thatiane Flavienne de Vasconcelos Faria**, intitulado “**UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO QUILOMBO DO MAICÁ, E A CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE EM MEIO A SINGULARIDADES E IMPACTOS AMBIENTAIS**”, sob orientação do Professor **Leandro Pansonato Cazula**, da Universidade Federal do Oeste do Pará. A banca avaliadora foi composta pelo orientador citado e pelas Professoras **Maria Salomé Lopes Fredrich** e **Zaira Evelim Aguiar Serique**. Após a análise do texto e defesa do TCC, os (as) avaliadores (as) deram o parecer na Ficha de Avaliação em anexo e deferiram pela (X) aprovação do TCC, resultando na nota 9,0 (nove), para a autora. Proclamados os resultados pelo Coordenador da banca, foram encerrados os trabalhos e para constar, eu **Leandro Pansonato Cazula** lavrei a presente ata, que será assinada pelos autores do trabalho e pelos membros da banca examinadora.

Autor (a): Thatiane Flavienne de Vasconcelos Faria

Matricula: 201700264

Assinatura:  **THATIANE FLAVIENNE DE VASCONCELOS FARIA**
Data: 29/05/2024 09:07:07-0900
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

Orientador (a): Prof. Dr. Leandro Pansonato Cazula

Assinatura:  **LEANDRO PANSONATO CAZULA**
Data: 23/05/2024 22:00:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

Avaliador (a): Prof.ª Dr.ª Maria Salomé Lopes Fredrich

Assinatura:  **MARIA SALOME LOPES FREDRICH**
Data: 29/05/2024 14:38:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

Avaliador (a): Prof.ª Zaira Evelim Aguiar Serique

Assinatura:  **ZAIRA EVELIM AGUIAR SERIQUE**
Data: 29/05/2024 11:11:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

RESUMO

O presente trabalho traz o debate sobre os impactos sócio territoriais e a construção da identidade territorial quilombola em realidade de influência urbana, mais especificamente na Região Metropolitana de Santarém/PA, tendo em vista a influência de ações municipais a partir da análise do plano diretor, empreendimentos da iniciativa privada e outras formas de intervenção no espaço pesquisa, em conta a expansão urbana, processo ligado a metropolização. O quilombo do Maicá, em Santarém, possui histórico um tanto peculiar em relação ao seu território de origem o que culminou em conflitos fundiários, porém mesmo em meio a constante luta, a identidade desse grupo é singular, culminando na titulação de suas terras, entretanto, a pressão que sofre da metrópole coloca em xeque os membros deste território etnicamente configurado. A partir de uma metodologia pautada na pesquisa explicativa através de análise qualitativa, foi possível observar os inúmeros impactos no território em questão e os efeitos dos mesmos, que contribuem, paradoxalmente, tanto para fortalecer, quanto para enfraquecer a identidade quilombola. A perspectiva de novos conflitos aparece no horizonte conclusivo da pesquisa, em que se considere que o quilombo do Maicá estará destinado a lutar pelo seu território por um longo tempo ainda.

Palavras-chave: Território, Impactos sócio territoriais, identidade, Santarém/PA.

ABSTRACT

The present work addresses the socio-territorial impacts and the construction of quilombola territorial identity as a result of urban influence, more specifically in the Metropolitan Region of Santarém/-PA. The panorama in the quilombola territory is influenced by municipal actions based on the analysis of the master plan, private sector projects and other forms of intervention in the space, taking into account urban expansion, a process linked to metropolization. The Maicá quilombola, in Santarém, has a somewhat peculiar history in relation to their territory of origin, which has resulted in land conflicts. Even in the midst of constant struggle, the identity of this group is consolidated, culminating in the titling of their lands, however, the pressure they suffer from the metropolis puts the members of this ethnically configured territory into question. Using a methodology based on explanatory research through qualitative analysis, it was possible to observe the numerous impacts on the territory in question and their effects, which contribute, paradoxically, both to strengthening and weakening the quilombola identity. The prospect of new conflicts appears in the conclusive horizon of the research, in which it is considered that the Maicá quilombo will be destined to fight for its territory for a long time to come.

Keywords: Territory, Socio-territorial impacts, identity, Santarém/PA.

Lista de figuras

Figura 1 – Imagem do Bairro Pérola do Maicá.....	24
Figura 2 – Mapa de localização dos Territórios Quilombolas no município de Santarém/PA.....	27
Figura 3 – Mapa de localização do Território Quilombola do Maicá no bairro Pérola do Maicá na cidade de Santarém/PA.....	29
Figura 4 – Imagem do Lago Maicá.....	30
Figura 5 – Quilombolas do Maicá recebendo a titulação de parte de suas terras....	37

Lista de siglas

ABA- Associação Brasileira de Antropologia
ABRAJI- Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
ADTC- ato das disposições constitucionais transitórias
AMRQARM- Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo do Arapemã Residentes no Maicá
Embraps- Empresa Brasileira de Portos de Santarém
FCP- Fundação Cultural Palmares
FOQS- Federação das Organizações Quilombolas de Santarém
INCRA- instituto nacional de colonização e reforma agrária
IBGE- instituto brasileiro de geografia e estatística
LDBE- Lei de Diretrizes e Base da Educação
OIT- Organização Internacional do Trabalho
PNPIR- Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PBQ- Programa Brasil Quilombola
PAC Q- Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola
RTID- Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial
SPU- Secretaria de Patrimônio da União
UPA- Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. QUILOMBO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE, UMA ANÁLISE CONCEITUAL	13
1.1. O que é Quilombo?	13
1.2. Território étnico e a construção da identidade quilombola.....	17
CAPÍTULO 2. A PRODUÇÃO SÓCIO HISTÓRICO DO ESPAÇO DOS QUILOMBOS	22
2.1. O processo de metropolização na cidade de Santarém.	22
2.2. Formação do bairro Pérola do Maicá e suas características	25
2.3. Legislação e políticas públicas voltadas para os Quilombolas	31
CAPÍTULO 3. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA E SUAS INFLUÊNCIAS NA REALIDADE METROPOLITANA	34
3.1. O surgimento do quilombo do Maicá na cidade de Santarém	34
3.2. As ações municipais para o quilombo do Maicá	37
3.2.1. <i>O plano diretor de 2006</i>	38
3.2.2. <i>A revisão do plano diretor em 2017</i>	39
3.3. Os impactos sócios territoriais causados por projetos externos, da iniciativa privada, no quilombo do Maicá.....	42
3.4. A identidade quilombola construída na relação sociedade e espaço	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa trazer a discussão em torno dos impactos sócio territoriais e da identidade territorial construída no quilombo do Maicá localizado em área urbana no município de Santarém no estado do Pará.

A escolha do estudo sobre o quilombo em questão aconteceu por vários motivos. Um dos pontos fundamentais foi a minha proximidade com o lugar de pesquisa, tendo fortes laços familiares com o quilombo, sendo a minha avó umas das primeiras moradoras, quando se muda para a cidade, porém não sendo associada ao quilombo por divergências familiares, assim cortando uma aproximação mais ativa junto ao grupo. As dinâmicas ocorridas, no objeto de estudo, me possibilitaram a observação mais crítica sobre questões abordadas nesta pesquisa, que somente no decorrer da graduação de licenciatura em geografia consegui desenvolver, além de favorecer a percepção além do senso comum sobre a sociedade e ao meu entorno. Outro ponto que foi motivador para a escolha desta temática foi a minha aproximação, através de leituras, com o histórico de lutas pela terra por parte dos quilombos através de disciplinas. Sendo assim, a contribuição com informações acerca das lutas históricas travadas por esses sujeitos é fundamental, ainda mais em espaços próximos a centros urbanos, nos quais não existem muitos dados.

Hoje o quilombo do Maicá possui parte de suas terras tituladas, faltando apenas a última que é reivindicada até hoje, fato esse acontecido após muitos anos de luta, porém ainda assim, sofrem intervenções diretas e indiretas por parte dos mais variados agentes organizadores do espaço.

Nesse contexto foi definida as problemáticas do trabalho a partir das seguintes questões:

- Quais são os impactos sócio territoriais que ocorrem no quilombo do Maicá?
- O fato de estar inserida em área urbana, exerce alguma influência na identidade do quilombo em questão?
- Quais as políticas públicas e/ou ações privadas direcionadas para o quilombo e espaços próximos?

Ao tentar responder essas perguntas, o trabalho visa contribuir para o debate acerca da luta de quilombos pelas suas terras, mostrando que mesmo tituladas ou em localizações diferentes, tais quilombos estão sempre à mercê de receberem ameaças de diferentes agentes. Além disso, pelo processo de expansão urbana de Santarém,

chegará um determinado momento em que os quilombos urbanos, na sua maioria localizada em zonas rurais dos municípios, terão que se deparar com a cidade e a cidade com os quilombos. Sendo assim, pesquisas referentes a esse debate trazem registro desse encontro, visando contribuir para pautas futuras.

O trabalho se encontra estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo abarca um sucinto debate teórico e conceitual acerca do objeto de estudo, ou seja, o território, a identidade e os quilombolas.

O segundo capítulo discorre sobre um breve histórico da formação do bairro Pérola do Maicá onde se encontra localizado o quilombo pesquisado e traz também o levantamento das legislações e políticas públicas voltadas para os quilombos.

No terceiro e último capítulo são expostas as ações públicas municipais, a partir da análise do plano diretor, direcionadas ao grupo étnico. Complementaremos com a análise de projetos oriundos da iniciativa privada, que influenciam direta ou indiretamente o quilombo do Maicá. Apresentaremos, ainda, como ocorrem as territorialidades quilombolas, construídas em realidade urbana, enfocando a relação do quilombo com a cidade e seus desdobramentos, fazendo discussão a respeito da formação da identidade quilombola como formas de expressões socioespaciais. As práticas, o cotidiano, o modo de vida, as lutas pela terra, as manifestações culturais, entre outros pontos, enquanto formas de construção de um território específico.

CAPITULO 1. QUILOMBO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE, UMA ANÁLISE CONCEITUAL

Neste primeiro capítulo serão apresentados categorias e conceitos que deram base para a construção da pesquisa, que serão de fundamental importância: quilombo, território e identidade quilombola. Estes estarão entrelaçados no desenvolvimento e auxiliarão a proposta de discursão desse trabalho.

1.1. O que é Quilombo?

O quilombo pode ser concebido muito além que um “lugar de fuga” – imposto por livros que simplificam a história. Compreendemos o quilombo como o lugar de resignação, um marco está marcado na memória do povo negro a gerações, local onde se mantém ativa a herança cultural.

Relacionando ao período em que Portugal mantinha o Brasil como colônia, Moura (1997) apresenta o primeiro conceito para quilombo ou mocambo, que de acordo com o Conselho Ultramarino (02/12/1074), como sendo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem achem pilões neles” (p. 16). Silva (1999) afirmava como todo o agrupamento acima de cinco negros fugitivos que, independentemente de suas habitações e forma de sobrevivência, se fixasse em uma determinada região, vivendo à parte da dinâmica escravagista.

Entretanto, a definição de quilombo não é tão simples, Leite (2002) acredita que a noção de remanescente é complexa, por ser restritiva e, ao mesmo tempo, definir quilombo como algo estático, análogo e fechado. Para a autora, o artigo da Constituição Brasileira pecou ao usar como exemplo o Quilombo de Palmares, uma unidade guerreira que por si só não define a variedade de formações quilombolas observadas no Brasil. Assim, Reis e Gomes (1996) apresentam os diversos tipos de quilombos encontrados no Brasil entre o período colonial e imperial, que apresentavam peculiaridades e distinções, desde o isolamento de Palmares aos chamados quilombos urbanos, não só nas imediações, bem como dentro das cidades.

Os quilombolas brasileiros ocuparam sertões e florestas, cercaram e penetraram em cidades, vilas, garimpos, engenhos e fazendas; foram atacados e usados por grupos escravistas, aos quais também atacaram e usaram em sua própria causa; fugiram da escravidão e se comprometeram com a escravidão; combateram e se aliaram com outros negros, índios e brancos pobres; criaram economias próprias e muitas vezes prósperas;

formaram grupos pequenos, ágeis, móveis e temporários, ou grupos maiores sedentários, com gerações que se sucediam, politicamente estruturados; envolveram-se com movimentos políticos e outros setores sociais, desenvolveram seus próprios movimentos, alguns abolicionistas; aproveitaram-se de conjunturas políticas conflitivas nacionais, regionais, até internacionais, para crescer, ampliar alianças, fazer avançar seus interesses imediatos e projetos de liberdade mais ambiciosos (REIS e GOMES, 1996, p. 23).

Em 1994, a Fundação Cultural Palmares se pronunciou sobre o significado do termo quilombo. No seminário “conceito de quilombo”, a militante do movimento negro Gloria Moura (1994) fez uma elaboração mais precisa do termo, a nova definição passou a ser o conceito oficial dessa entidade. Assim, para a Fundação Cultural Palmares, quilombos são:

Comunidades negras rurais que agrupam descendentes de escravos que vivem da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais tem forte vínculo com o passado ancestral. Esse vínculo com o passado foi retificado, foi escolhido pelos habitantes como forma de manter a identidade. (MOURA, 1994, p. 28).

Entretanto, Moura (1994) define os quilombos contemporâneos no Brasil como comunidades integradas à sociedade, cuja diversidade cultural precisa ser respeitada e reconhecida. Como podemos observar, muitos são os conceitos que temos sobre quilombo, sejam eles atribuídos pela academia, pelos intelectuais, e pelo movimento negro e também da população negra que vive nos quilombos. Muitas vezes, essa definição, sofre a influência do senso comum e dos meios de comunicação sensacionalistas, que costumam ter olhares pretenciosos, maldosos e preconceituosos sobre a definição do que vem a ser um quilombo, havendo assim uma grande diversidade de conceitos que permite entender de várias maneiras, ora de forma isolada, ora integrada.

Moura (2006) define quilombo como uma comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco, que vivem da agricultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada por seus antepassados, os quais mantêm suas tradições culturais e as vivenciam no presente. Observamos que, para Moura (1994), quilombos só existiriam em áreas rurais, restringindo assim toda espacialidade que o quilombo ganha na atualidade, como a existência de quilombos em cidades, que fazem parte da dinâmica de expansão dessas localidades. Este processo de incorporação de quilombos em cidades tende a modificar suas práticas de subsistência, que deixam de ser limitadas apenas à agricultura e passam a fazer parte da dinâmica de trabalho da cidade, ou

seja, ter uma renda por trabalho informal ou assalariado como é o caso e a realidade de diversas cidades do Brasil, e também do objeto empírico de pesquisa que será abordado no terceiro capítulo do trabalho.

Segundo Munanga e Gomes (2004), a palavra *kilombo* é originária da língua banto *umbundo*, falada pelo povo *ovimbundo*, que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central e, mais especificamente, na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo *umbundo*, constitui-se em um agrupamento militar composto dos *jagas* ou *imbangalas* (de Angola) e dos *lundas* (do Zaire) no século XVI. Os autores ainda discorrem que existem muitas semelhanças entre o quilombo africano e o brasileiro, formados mais ou menos na mesma época. “Para eles, os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra forma de vida, de outra estrutura política, em que todos os oprimidos são acolhidos.”

As fugas dos escravizados originaram a formação de vários grupos semelhantes nas Américas, porém com diferentes nomes. Reis e Gomes (1996) apresentam as seguintes denominações: na Espanha: Palenques, Cumbes; na Inglaterra, Maroons; na França, grand Marronage e petit Marronage, e no Brasil, Quilombos e Mocambos, e seus membros: Quilombolas, Calhambolas ou Mocambeiros.

Em pesquisas realizadas, os resultados obtidos sobre “o que é um quilombo”, normalmente estão relacionados com escravos fugitivos, rebeldes e criminosos, o que retroalimenta uma imagem negativa na sociedade sobre os descendentes negros que foram escravizados, torturados e que tiveram sua liberdade roubada. Oliveira (2016), corrobora para essas deturpações estereotipadas, ao afirmar que quilombo pode ser definido como espaço encravado em algum ponto geográfico caracterizado pela inacessibilidade, como um movimento de escravos fugidos, rebeldes e revoltosos às práticas do período escravista. Tal autor ainda afirma serem, os negros dos quilombos, grupos revoltosos que praticavam diversos atos de violência e bagunça também conhecidos por quilombagem em uma área de resistência, portadora de uma organização de guerra, sempre pronta ao ataque às investidas externas. Conotações como essas demonstram a necessidade, que ainda existe, de se apresentar um significado mais expressivo aos quilombos, que se sobreponha a tais descrições pejorativas.

Para a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a partir do grupo de trabalho de 1994, quilombos não se referem a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea que, além disso, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Para essa entidade, eles consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de luta, na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos e consolidação de território próprio.

Ser quilombola, de acordo com Nascimento (1985) *apud* Ratts (2006), é possuir uma identidade étnica aliada à formação de um território, sendo a construção de coletividades negras enquanto qualificadoras de um espaço e não está restrito a territórios permanentes, uma vez que o corpo negro plural constrói e qualifica negros, de várias durações e extensões, nos quais seus integrantes se reconhecem. Aqui podemos ver o conceito de quilombola que melhor pode abarcar a diversidade de quilombos existentes, com as suas diversas singularidades e características. O fator território não está unicamente ligado ou associado para a definição de um quilombo, pois pela necessidade causada por fenômenos naturais como enchentes, fenômenos de terras caídas em área de várzeas, a pobreza do solo ou até mesmo ameaça a suas vidas, as comunidades não poderiam permanecer em seu território de origem, mas não deixando de ser menos quilombola, por mais que não existissem em seus territórios originários. Essa prerrogativa fica entendida no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADTC da CF/1988) que está assegurado o direito à terra a essas populações: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos”.

Ou seja, entendem como quilombos aqueles grupos que estejam vivendo nas terras que foram quilombos no passado, pois apresenta-se que os direitos do grupo estavam vinculados a “terra”, excluindo qualquer alternativa inerente a isso. Podemos observar o quão limitado é associar quilombola somente ao território, pois compreendemos como essencial o seu vínculo com a identidade cultural, que se manifesta de diversas formas, como práticas religiosas, de subsistências, e de valorização da ancestralidade.

1.2. Território étnico e a construção da identidade quilombola.

Na geografia sugere-se pensar território enquanto processo da dinâmica social. Claude Raffestin (1993), apresenta sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, preexistente ao território, como explica:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Pela concepção do autor, o território é tratado, principalmente, com um espaço político-administrativo, ou seja, como um território nacional, ou um espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Mas não somente, segundo o autor ao se apropriar de um espaço concreto ou abstrato você também territorializa o espaço. Nesse sentido o autor entende o território como:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Sendo assim, para Raffestin (1993), a construção de um território está diretamente ligada e marcada pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser relacionadas conjuntamente para a consolidação do território. Assim, o poder está direta ou indiretamente relacionado, pois se faz presente em todas as relações sociais.

Milton Santos também faz importantes contribuições acerca do território em muitas de suas obras, pois para o autor, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial, ou seja, a formação do território é algo externo a ele. Segundo Santos (1985) a formação da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. O autor dá ênfase no espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, ou seja, partindo de uma análise histórica:

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (SANTOS, 1985, p. 09).

Este autor ainda nos atenta para que não seja confundido o espaço com o território. Em sua obra *metamorfoses do espaço habitado*, o autor descreve o território como configuração territorial e define-o como o todo. Quanto ao espaço, é conceituado como a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. Para o autor:

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (SANTOS, 2004, p. 77).

Sendo assim, para Santos (2004), o território se configura pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço.

Logo, esse território é compreendido como espaço de reprodução social e se forma em uma dimensão material e imaterial. A exemplo, o território quilombola, é o cerne da formação de vida, de reprodução de valores, crenças, dentre outros, mas também espaço de luta do povo negro, para continuar sua reprodução e suas produções na terra.

O território é o local de construção da identidade étnica, que é o ponto mais importante da estrutura social. Essa permanência na terra inicialmente não se faz regulado por categorias formais de propriedade, e sim, pelo próprio grupo que determina, mas através do fato que sempre ocuparam tais territórios e, a partir disso, determina-se as regras que orientam todos os planos da vida social. As formas de acesso à terra, incluem as dimensões simbólicas e as relações sociais. A estreita relação do grupo com a terra representa uma relação social bastante complexa e aponta para a existência da terra como território.

Para Borges (1997) a identidade com a terra vislumbraria a identidade com a luta:

A identidade com a terra, identidade com a luta, iguais e diferentes, caminhando para construir um sujeito coletivo. Avanços, recuos, discussões, enfrentamento das próprias contradições em meio às contradições das sociedades que os apoiam através de algum seguimento ou os condena através de outros. Identidade e oposição na construção da sua identidade de sujeito coletivo. (BORGES, 1997, p. 168).

A identidade dos quilombolas nasce pela memória das lutas de seus ancestrais, e das lutas que até hoje os grupos precisam passar para permanecer em suas terras, “marca de uma conjuntura histórica e forma primeira do seu processo de construção social e de diferenciação face aos outros, que estruturou de forma complexa, as resistências à dominação no presente século” (CASTRO; MARIN, 1998, p. 161). Na luta pelo reconhecimento e no processo de auto identificação, foram denominados de quilombolas para a sua legitimação. Fazem parte de grupo étnicos raciais, segundo critérios de auto atribuição, com a sua trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com a ancestralidade negra relacionada com a luta e à opressão histórica sofrida.

Assim, o território quilombola é entendido como resultado de elementos étnicos que refletem nas relações construídas com e no território, no passar do tempo. São elementos étnicos-culturais que conduzem a vida e dão sentido de pertencimento ao lugar. Dessa forma, a terra na condição de território étnico, tem assegurado, ao longo do tempo, o sentimento de pertença, de identidade, a um lugar e a um grupo, a posse coletiva da terra e ao desenvolvimento coletivo. Podemos dizer que a identidade quilombola se coloca diretamente no interior do campo étnico e ao mesmo tempo se define num campo de relações sociais e políticas.

Neste contexto, os quilombolas passam a se organizar politicamente, buscando manter viva a sua herança coletiva além da terra. A oralidade se mantém, passada de geração em geração a partir das histórias contadas de pais para filhos, ancestralidade comum que possibilita a construção de histórias compartilhadas. Essa população é constituída na sua maioria por negros que foram escravizados e conseguiram fugir ou tiveram a sua “liberdade” concedida, que ocupam suas terras tradicionais por várias gerações e buscam a regularização fundiária do território ocupado por séculos.

Leite (2000) corrobora com esta premissa ao afirmar que,

Nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, chamados negros, em todo o território nacional, organizados em Associações Quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. (LEITE, 2000, p. 334).

A terra é um bem social, meio de sobrevivência, de reprodução da vida. Dessa forma, a territorialidade é o elemento de construção da identidade étnica, que é o ponto mais importante da estrutura socioespacial. Proposição também defendida por Gonçalves (2002).

A perspectiva tradicional de não considerar a geograficidade do mundo tem implicações importantes para as ciências sociais, para não dizer para a sociedade mesma. O território, por exemplo, é considerado como um suporte, como se fora uma base da sociedade e, como tal, algo sobre o que a sociedade se ergue que, todavia, não tem maiores implicações sobre o devir. Seus limites fronteiriços são vistos como um invólucro externo que delimita a soberania entre Estados como se esses limites externos não contivessem as marcas dos protagonistas internos que os instituíram. (GONÇALVES, 2002, p. 229).

O processo de construção da identidade é de caráter simbólico no território, com seu modo de vida único, crenças, contos, lendas e cultos, mas também é de domínio da luta política, na afirmação da diferença do grupo, a fim de garantir a continuidade de seus valores e modos de vida.

Há uma dimensão da matéria que é irreduzível ao simbólico. Por mais que o capital financeiro, dito volátil, queira impor sua lógica simbólica matemática e abstrata ao mundo há uma materialidade que concerne à produção da vida que é irreduzível à lógica financeira. (GONÇALVES, 2002, p. 230).

O território étnico passa pela condição simbólica e material e, ao longo do tempo, tem assegurado o sentimento de pertencimento ao lugar e ao grupo, o qual favorece a posse coletiva da terra e o desenvolvimento de atividades em comunidade. Bossé (2004) nos diz que a identidade se exprime e se comunica de maneira interna e externa, através de práticas simbólicas e discursivas. Assim, para Bossé (2004), o território identitário não é apenas ritual e simbólico, este se coloca como um conceito chave para a compreensão dos novos processos de construção da identidade, como no caso da identidade quilombola. A identidade étnica dar-se-á através do sentimento de pertencimento para um determinado grupo e no caso, dos quilombos, esse sentimento está atrelado ao território em que vivem. Dessa forma, o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediado por relações de trabalho, circulação, moradias, constitui dados simbólicos. A territorialidade não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos (SANTOS, 2004, p. 26).

É no território que se produz e reproduz vida material da comunidade, no sentido de que as relações sociais entre os membros do próprio grupo ou entre outros grupos, são reconstruídas. Estas relações criam e informam o direito a terra e é no território que se cria e recria a identidade quilombola.

A apropriação e construção de identidades territoriais resultam num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que por sua vez, pode desencadear tanto uma desagregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor. (HAESBAERT, 2002, p.121).

Neste contexto o debate sobre a identidade quilombola e sua relação com o território está entrelaçado e firmado desde a formação do primeiro quilombo, tendo definido a sua identidade, a permanência no lugar de luta. Diante desses pressupostos, esta pesquisa aborda o quilombola do Maicá, localizado no município de Santarém/PA, enquanto objeto de estudo, por não estar localizada em sua terra de origem e pelo processo de titulação ser atribuído pela identidade quilombola que o grupo tem.

CAPÍTULO 2. A PRODUÇÃO SÓCIO HISTÓRICO DO ESPAÇO DOS QUILOMBOS

Neste capítulo será contextualizado o processo de produção sócio histórica do local onde está inserido o objeto dessa pesquisa, trazendo os contextos das dinâmicas presentes na realidade e o entorno do quilombo do Maicá, localizado no município de Santarém, a nível local e nacional, em relação as políticas públicas existentes.

2.1. O processo de metropolização na cidade de Santarém.

Iniciaremos a discussão redigindo sobre cidade na Amazônia. Nesta vasta área, os povoamentos que abrigam diversas realidades, o misticismo dos contos e lendas oriundos da floresta, as histórias antigas desse lugar, que convergem num espaço comum e completamente diferentes. A Amazônia poderia ser chamada de Amazônias (no plural), por coexistir tanta diversidade em seu território. “As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade”, apresenta uma discussão sobre a construção do urbano nas cidades amazônica, desde as suas primeiras invasões, com a presença dos portugueses e franceses, que foram os responsáveis pela criação das primeiras vilas oficiais, que logo se tornaram cidades.

O processo de ocupação nas cidades se intensificou, graças a projetos induzidos sequencialmente pelos colonizadores, Império português e Estado, que se distinguiram em fases e que possibilitam a identificação e diferenças das cidades na Amazônia. Uma característica é a ligação direta das cidades com a dinâmica do rio, pois a localização nas margens das principais hidrografias não ocorreu por acaso, pois “nascia o urbano colonial barroco na Amazônia como logica de penetração, a presença local além-mar das metrópoles do colonizador, o urbano da soberania dos estados absolutistas” (VICENTINI, 2004, p. 63).

A origem das cidades nas margens dos principais rios que davam acesso à região, que favoreceu as práticas ribeirinhas pelos moradores, já desenvolvida pelos povos originários, associada fortemente ao tempo da natureza, e que resguardam peculiaridade e dinamismo ao movimento de subida e descida das águas (enchente, cheia, vazante e seca). Essas cidades carregam em si, na formação de seus territórios, elementos históricos, que são facilmente identificados, como a presença de templos religiosos:

O sentido da colonização na região, inicialmente, foi dado pela igreja católica, que criou aldeamentos e definiu um povoamento articulado ao interesse cristão: daí a paisagem dessas cidades até hoje ser fortemente

marcada pelos templos religiosos, que logo chamam atenção das pessoas que as observam desde os rios. (TRINDADE JÚNIOR, 2011, p. 33).

As cidades ribeirinhas são formações socioespaciais, que passam por mudanças, mas também apresentam relações que permanecem. Nesse sentido, não é a localização que define seu atributo ribeirinho, mas o conteúdo das relações com o rio em termos de circulação, imaginário e (sobre) vivência (MALHEIRO; TRINDADE JÚNIOR, 2008).

Tratam-se de formações socioespaciais em que o rio não define apenas os seus contornos físicos, mas está presente como meio de circulação, como referência para o imaginário, como meio de sobrevivência, sendo por onde navega a economia, a cultura, os símbolos, os ritos e a experiência social [...]. As cidades ribeirinhas dos notáveis não se animam apenas pela notabilidade. Não é apenas uma correnteza que dá corpo a estas cidades, mas uma multiplicidade de trajetórias, de tempos, de ritmos. A cidade do rio também se anima pela estrada o que nos faz vê-las não como resultado de um passado estático ou de um futuro avassalador, mas como um espaço-tempo presente, denso e vivo, cujos atributos maiores são a simultaneidade e a dinamicidade (MALHEIRO; TRINDADE JÚNIOR, 2008 p. 62-63).

Também se torna perceptível na configuração das cidades ribeirinhas à presença de uma orla que vai se desenhando em uma pequena borda feita na frente da cidade, como uma fronteira que faz uma divisão entre a parte mais estruturada que é o começo da cidade. De um lado as residências em terra firme, comércios, postos de serviços públicos e do outro lado o rio, caminho de barcos e pequenas embarcações que circulam em fluxo diário, conduzindo povos e comunidades tradicionais, além de mercadorias. Grupos sociais diversos utilizam portos, feiras e trapiches, criando espaços de vivências e trocas de experiências tornando um importante ponto de contato entre o rio e a cidade. As cidades ribeirinhas são definidas tanto por sua paisagem na qual o rio e seus elementos ganham destaque, como pelas relações de contato/dependência de seus sujeitos com a dinâmica ribeirinha.

Durante o processo de estruturação das cidades houve as divisões dos espaços, os bairros próximos às vias hídricas, ou seja, os bairros centrais sofreram mais rapidamente o processo de urbanização e conseqüentemente passaram a ser melhores estruturados e contrapondo a isso, as periferias (áreas mais distantes do centro). Essas últimas foram avançando em direção ao meio dito rural, que normalmente são marcadas por áreas com menos infraestrutura, desde ruas sem asfalto ou até mesmo saneamento básico, fazendo com que a grande maioria de comércios, rede de ensino e saúde esteja concentrado em apenas na parcela central da cidade. No caso das cidades ribeirinhas, esse avanço do adensamento

populacional ao aposto do centro estruturado, não se limita apenas em áreas de terra firme, mas também nas extensas áreas de várzeas que se localizam ao entorno dos centros urbanos das cidades.

O processo de aumento populacional é visto como um processo natural que acontece com as cidades com o passar dos anos, porém tal processo pode contar com os incentivos de políticas públicas para tal aceleração. No caso nas cidades da Amazônia, previamente houve o incentivo dessas políticas públicas no período de ditadura militar (1964 a 1988), que tinha o objetivo de intensificar a urbanização e principalmente ocupação dessas áreas, ação essa muito comum nas décadas de 1960 e 1970, como foi o caso do município de Santarém.

Santarém teve sua origem historicamente ligada a sua dinâmica com o rio. Contudo, a partir de 1960 são pensadas políticas de integração do território nacional, e a Amazônia ideologicamente é tida como uma floresta desocupada, uma grande *fronteira*. Cria-se, então, um plano para a inserção da Amazônia em outro sistema técnico-produtivo: com a abertura de rodovias, políticas que incentivam a urbanização e a migração para a região, grandes projetos energéticos e minerais etc. (DONATO, 2010, p. 1).

O município de Santarém está localizado na região norte do Brasil, no Oeste Paraense, situado na mesorregião do Baixo Amazonas e na Microrregião de Santarém, ocupando uma área de 17.898,389km², que representa 1,93% do território paraense. A cidade está localizada na margem direita do Rio Tapajós, na sua confluência com o Rio Amazonas, cuja área populacional urbana é de 73,26% e a área populacional rural é de 26,74% da área total do município (IBGE, 2010). Segundo o último Censo, Santarém possui a terceira maior população do Estado do Pará com 331.942 (IBGE, 2022), chegando a uma densidade demográfica de 18,55 hab./km². Distante cerca de 850 km, em linha reta da capital do Estado, conforme dados do IBGE (2022), figurando na hierarquia urbana como uma cidade de porte médio, entre as 15 existentes na Amazônia. Essa posição de relevância foi construída ao longo dos séculos e pode ser explicada pelo papel econômico e político dessa cidade no contexto regional, como podemos observar em seus antecedentes históricos.

Santarém tem os acidentes geográficos representados por extensos corpos de águas superficiais com 3.900 km² (14,70%), como rios com aproximadamente 2.983 km² (11,24%), lagos 829,00 km² (3,12%) e lago artificial (hidrelétrica de Curuá-Una) com 88 km² (0,34%) (CPRM, 1997).

As principais bacias hidrográficas que se sobrepõe ao município são dos rios Amazonas, Arapiuns, Tapajós, Curuá-Una, são estes rios, os responsáveis pela

navegabilidade, produção de pescado e, em parte, pela conexão da cidade com o conjunto da região. Por estas características, o transporte fluvial é o mais utilizado tanto internamente como para assegurar a relação com as capitais de estados (Belém, Manaus e Macapá) e para o turismo internacional.

2.2. Formação do bairro Pérola do Maicá e suas características

Santarém conta hoje com 48 bairros que dá forma a malha territorial urbana do município. O bairro Pérola do Maicá está localizado na periferia da cidade, em área de transição entre o rural e o dito urbano do município, e tem como vizinhos os bairros Jaderlândia, Maicá, Jutaí. Possui áreas de terra firme que se estendem até a Rua Santarém – limite com o bairro Maicá, que configura a parte urbana do bairro e outra área com características rurais, destacando como exemplo a área de várzea, que fica um período inundada (inverno amazônico) e outro período seco (verão amazônico).

Figura 1 – Imagem do Bairro Pérola do Maicá



Fonte: Autoral. Tirada em 14 fev. 2024.

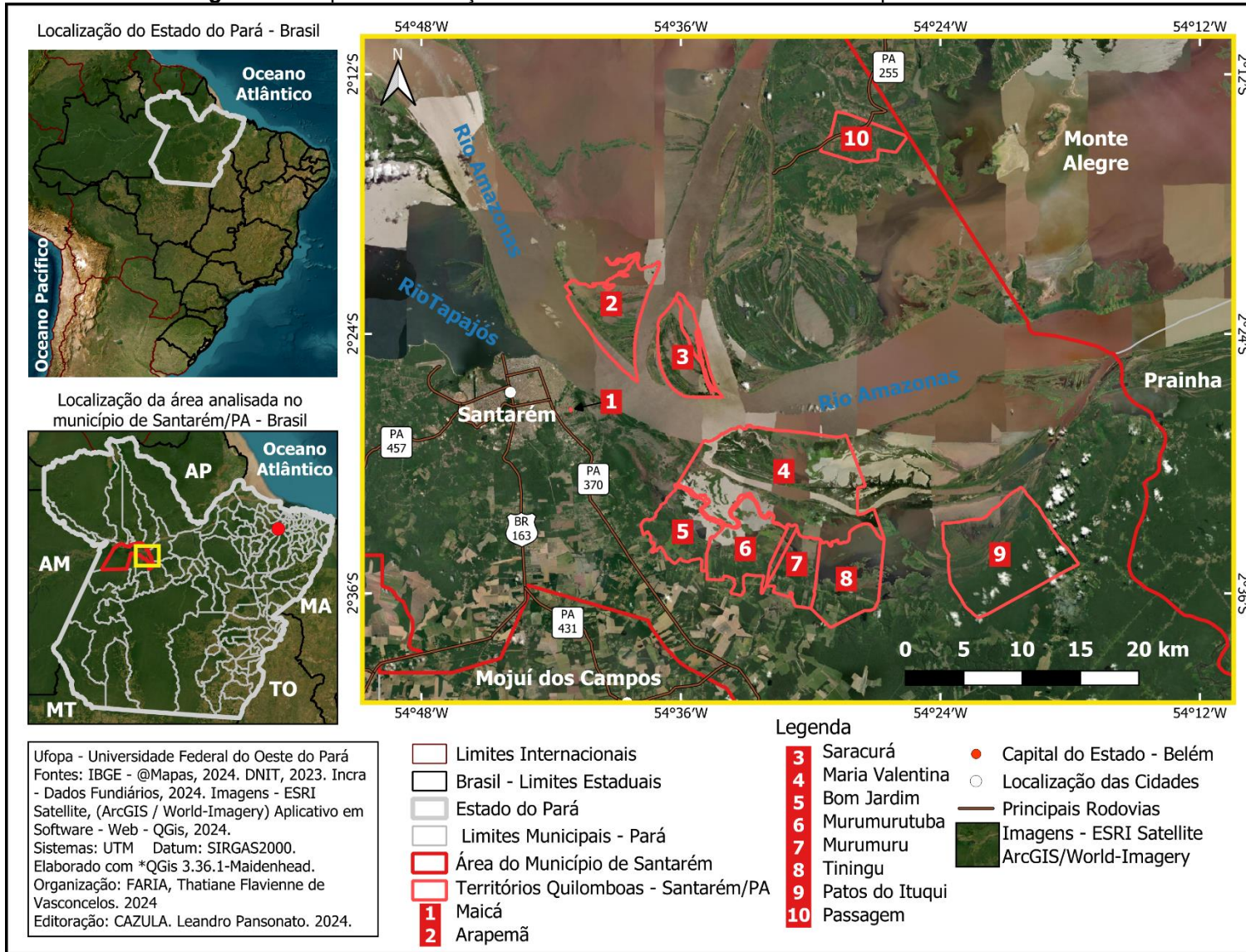
O fato que marca a diferença do bairro Pérola do Maicá para os demais da cidade, é de haver em seu interior a presença de quilombolas. O grupo quilombola ali existente não se originou naquele lugar, a sua origem e ancestralidade está ligada

diretamente com a existência de outro quilombo, que está localizada a frente do lago do Maicá, chamada quilombo do Arapemã. Se auto denominaram quilombo do Arapemã residentes no Maicá (é assim que a comunidade se identifica) sendo o único quilombo periurbano¹ no município de Santarém, ou seja, o quilombo está em área urbana e periférica da cidade. Nesta pesquisa denominaremos o referido local/território como “quilombo do Maicá”.

O município de Santarém possui 13 (treze) quilombos, e o quilombo do Maicá é o único localizado dentro da cidade. Os demais estão situados em áreas rurais, os quilombos de Arapemã e Saracura, que estão localizadas às margens do rio Amazonas e estão totalmente inseridas várzea; Murumurutuba, Murumuru, Tingu e Bom Jardim, Patos do Ituqui e Passagem possuem seus territórios em áreas de várzea e terra firme, São Raimundo, São José e Boa Vista estão localizadas em ilhas do Rio do Ituqui – no território Maria Valentina, também situadas em área de várzea do rio Amazonas, como mostrado na mapa abaixo (Figura 2).

¹ Áreas perirubanas, as quais representam os espaços em que há a coexistência de características rurais e urbanas, isso implica que a dinâmica periurbana tenha características próprias, daí consideramos a importância do periurbano muito mais pela sua dinamicidade do que pelo fato de ser um espaço rural ou urbano. (VALE; GERARDI, 2006)

Figura 2 – Mapa de localização dos Territórios Quilombolas no município de Santarém/PA



Organização: Autoral.

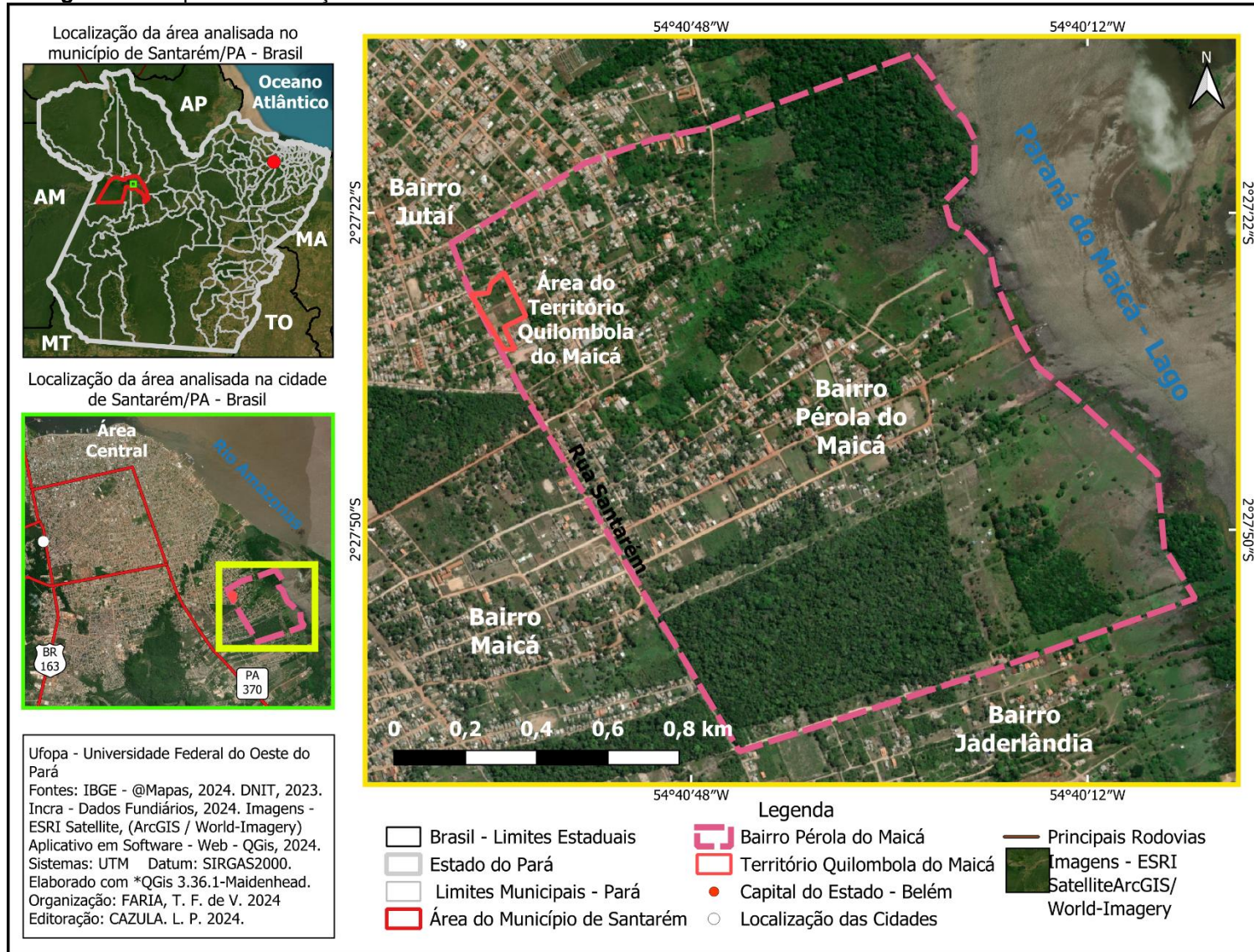
A ocupação do bairro Pérola do Maicá se estende desde a Rua Santarém, até às margens do rio Amazonas e do lago do Maicá, como mostra na figura 3. As diferenças socioespaciais econômicas perceptíveis no contexto do bairro são principalmente as ocupações existentes mais próximas ao lago do Maicá. É possível perceber que as características das residências e as práticas dos moradores são ligadas ao modo de vida rural, ou seja, são desenvolvidas atividades em conexão com natureza (pesca), sendo notória a presença da agricultura familiar, plantio de hortaliças e de árvores frutíferas para o consumo, utilizando a extensão dos quintais das moradias como pequenas “roças”. A presença de pescadores artesanais, devido à proximidade com o lago do Maicá e rio Amazonas, se torna alternativa de renda e alimentação de muitas famílias.

A configuração de ocupação do bairro Pérola do Maicá ocorreu e ocorre pela presença de moradores provenientes de vários locais do município e até de outras regiões do estado. Os recém-chegados moradores foram se agregando aos moradores antigos, tais como os ribeirinhos, agricultores como explica Vieira.

A ocupação do bairro foi realizada por indivíduos provenientes de vários locais da cidade, sobretudo do interior do município. Parte dos indivíduos veio das “regiões de várzeas”, que rodeiam o próprio bairro Pérola do Maicá circunda a margem do lago do qual retira do nome “Maicá”, sendo este local o responsável por proporcionar condições de vida à grande parte dos moradores do bairro, que tem a pesca artesanal como uma das principais fontes de alimentos, bem como de geração de renda. (VIEIRA, 2008, p. 5).

Outra particularidade do bairro é que na época chuvosa (inverno amazônico) a área é invadida pelas águas, tornando toda a região uma grande várzea, mudando completamente a dinâmica de vida das pessoas, tornando semelhante ao modo de vida ribeirinho da região.

Figura 3 – Mapa de localização do Território Quilombola do Maicá no bairro Pérola do Maicá na cidade de Santarém/PA



Organização: Autoral.

A área de várzea é considerada área de preservação permanente, o que possibilitou a implantação do projeto “Encanto do Maicá²” que propicia o turismo de base comunitária para o bairro como uma alternativa de renda para as famílias participantes. O projeto enfatiza a necessidade de cuidar e divulgar as belezas existentes no lugar, além de favorecer os passeios turísticos de barco, e promove feiras agroecológicas e oficinas para valorizar e difundir os saberes locais.

Figura 4 – Imagem do Lago Maicá



Fonte: Emi Okada Pereira, 2017.

Apesar de algumas famílias não serem originárias do bairro Pérola do Maicá, historicamente foi nesta área que se realocaram e ocuparam as terras, como os quilombolas, sendo o lugar que escolheram para viver e manter seus modos de vida e costumes. Neste sentido Almeida (2008, p. 52) lembra que:

[...] a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da OIT contemplam diferentes situações sociais referidas às regiões de colonização antiga, assim como as que caracterizam regiões de ocupação recente, ao recolocar no tempo presente o sentido de ‘terras tradicionalmente ocupadas’, libertando-o da ‘imemorialidade’, da preocupação com a “origem”, do passado e de categorias correlatas.

² No início do ano de 2022, a partir da iniciativa do departamento jovem da Associação de Moradores do Bairro Pérola do Maicá (AMBAPEM), se criou o Projeto “Encantos do Maicá” como forma de dar visibilidade à identidade e cultura local, fortalecendo a principal fonte de renda dos moradores que é através da pesca, agricultura familiar e o artesanato (CARVALHO, 2023).

O que explica o mosaico de atores sociais que podem ser encontrados neste espaço territorial, estabelecendo exterioridades que sejam facilitadores do entendimento e compreensão da dicotomia existente entre o meio rural e urbano no bairro Pérola do Maicá.

2.3. Legislação e políticas públicas voltadas para os Quilombolas

Com a Constituição Federal de 1888 se efetivou um novo marco para as políticas públicas relacionadas aos direitos sociais e à cidadania, ao reconhecer os direitos étnico-raciais e territoriais da população negra, fazendo serem vistos enquanto sujeitos em busca de seus direitos e cidadania. Dentre os direitos, iniciaram os processos de reconhecimento territorial dos quilombos, a fim de torná-los propriedade definitiva, através da emissão de títulos pelo Estado.

Mesmo com a garantia dos marcos legais mencionados, que foram conquistados nos últimos anos, a realidade vivenciada dentro dos quilombos ainda é de luta pela efetiva implementação de seus direitos. As políticas públicas realizadas nos quilombos têm fator importante para a manutenção dos modos de vida do povo negro, que devido ao processo histórico, tais direitos urgem para amenizar a desigualdade que o próprio Estado criou na sociedade brasileira.

As políticas públicas direcionadas aos quilombolas são norteadas por ações afirmativas, e somente a partir dos anos 2000 começaram a ser aplicadas no Brasil, por meio da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), Programa Brasil Quilombola e com a criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR). Contudo, ainda existem muitos empasses para a efetivação de direitos quilombolas, um exemplo é a burocracia institucional e a falta de contratação de mais profissionais especializados, por exemplo, antropólogos e geógrafos, que atuam no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O Incra é a autarquia pública federal responsável pelo processo de titulação dos territórios quilombolas. Se o território estiver localizado em terras públicas federais, o Incra ou a SPU (Secretaria de Patrimônio da União) promoverão sua titulação. Se a área estiver em terras estaduais e/ou municipais, esses entes deverão emitir o título, devendo o Incra transferir-lhes o processo.

Nos últimos anos, um dos mais importantes avanços para os quilombolas foram a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em março de 2003, durante o primeiro mandato de governo do Presidente Luiz Inácio Lula

da Silva, que tinha o intuito de coordenar políticas para proteção dos direitos dos indivíduos e grupos raciais e étnicos, principalmente a população negra, que fora vítima de discriminação e também de diversas formas de intolerância. Esta secretaria também promovia, junto com outros ministérios, iniciativas com o objetivo de diminuir a desigualdade racial. É importante destacar que em outubro de 2015, com as reformas ministeriais, houve a exclusão da SEPPIR a outras secretarias como a das Mulheres e dos Direitos Humanos da qual foi formando o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos todos juntos, da qual veio a enfraquecer a luta dos quilombolas.

Outro marco histórico na construção de políticas públicas para os quilombolas deu-se em novembro de 2003, por meio do Decreto Federal n.º 4.886, de 2003, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), cujo objetivo central é a redução das desigualdades étnicas no contexto brasileiro, enfrentada pela população negra, por meio de programas e projetos a serem executados a longo, médio e curto prazo. Estão previstos nesta política nacional os seguintes princípios de gestão, transversalidade, em que há a participação de vários órgãos na execução e gestão das ações para combater as desigualdades raciais; gestão descentralizada, em que se busca articular os entes federativos; gestão democrática, por meio do diálogo com a sociedade civil participante da luta quilombola.

Em março de 2004, foi criado o Programa Brasil Quilombola (PBQ), e em 2007, o Decreto Federal n.º 6.261, de 2007, que trata da agenda social no âmbito do PBQ, que trata de ações de um comitê gestor envolvendo 11 ministérios sob a coordenação da SEPPIR. O PQB tem 04 eixos temáticos: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; desenvolvimento local e inclusão produtiva; direitos e cidadania.

O PQB faz parte de um programa maior, denominado Promoção da Igualdade Racial, e seu intuito é modificar as condições de vida e organização dos quilombos remanescentes. Esse programa, cujas ações são transversais, setoriais e interinstitucionais, envolveu a participação de 23 Ministérios, caracterizando uma ação também interministerial voltada para o atendimento de nos eixos temáticos acima apresentados.

Em 2007, foi criada a política para a concretização dos direitos quilombolas, através do Decreto Federal n.º 6.040. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais tem foco na promoção do desenvolvimento sustentável com ênfase na garantia de direitos territoriais, sociais,

ambientais, culturais e econômico, buscando a valorização da identidade dos povos. Também em 2007 houve o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola (PAC Quilombola) com a finalidade de melhorar o acesso à educação, saúde, infraestrutura, por meio de edificação de estradas, abastecimento de água e também a regularização fundiária.

Há também a Portaria n.º 98, de 2007 da Fundação Cultural Palmares, que regulamenta o procedimento de certificação dos quilombos, além da Instrução Normativa n.º 57, de 2009 do INCRA que, por sua vez, prevê o procedimento para identificação, delimitação, demarcação, desentrosam e titulação das terras quilombolas. Outra legislação que repercute para os quilombolas é a Lei n.º 12.288, de 2010, que se refere ao Estatuto da Igualdade Racial.

De 2019 a 2021, segundo estudo publicado em abril de 2022 pelo projetos achados e perdidos, iniciativa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e de Transparência Brasil, considerando todo o processo de regularização, o total de movimentações de ações de titulação no governo federal desse período, foi de menor desde o início da série histórica desde 2005, onde foram expedidos apenas quatro títulos de territórios quilombolas pelo Incra: Peruana, em Óbidos (PA); São Judas Tadeu, em Bujaru (PA); Invernada Paiol de Telha, em Reserva do Iguaçu (PR); e Rio dos Macacos, em Simões Filhos (BA).

Para que o processo de titulação seja iniciado, a comunidade interessada precisa solicitar junto à fundação cultural Palmares a emissão de certificação e reconhecimento quilombola. Logo em seguida deve-se dar entrada junto ao Incra. O Incra deverá realizar o estudo destinado à produção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do pretense território, devendo ser composto por corpo técnico multidisciplinar formado por antropólogos, geógrafos, biólogos, geólogos, entre outros, que farão a análise dos dados coletados e a entrega do relatório final. Se aprovado, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites territoriais da área quilombola. Só haverá a regularização fundiária, quando os não-quilombolas passarem pela ação de desentrosam, isto é, os que não se reconhecem como remanescentes, devem sair da área, podendo ser indenizados.

CAPÍTULO 3. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA E SUAS INFLUÊNCIAS NA REALIDADE METROPOLITANA

Neste terceiro capítulo apresentamos a problemática discutida nessa pesquisa, com base em entrevistas feitas no dia 15 de setembro de 2023, 21 de outubro de 2023, 10 de novembro de 2023 e 15 de dezembro de 2023. Objetivando responder as seguintes questões: como ocorre a formação da identidade do quilombo do Maicá na dinâmica periurbana? Como o poder público e projetos da iniciativa privada atuam nas mudanças ou na manutenção do território quilombola?

3.1. O surgimento do quilombo do Maicá na cidade de Santarém

Localizada em bairro periférico na zona leste da cidade de Santarém/PA, Pérola do Maicá, a quilombo do Maicá surge, segundo os entrevistados desta pesquisa, no final da década de 1980, através de diferentes processos de deslocamento de famílias, inicialmente do quilombo do Arapemã, situada na área de várzea do rio Amazonas. Posteriormente, começam a chegar famílias provenientes de outras comunidades, tanto de várzea, localizadas nessa mesma ilha e de ilhas vizinhas, a exemplo das comunidades de Fátima de Uricurituba e Saracura.

Para aquelas famílias das áreas de várzea, originárias da ilha onde se localiza o quilombo do Arapemã, a mudança para a cidade na época foi vista como uma forma de resolver o problema causado pelas “terras caídas³”, como nomeiam o fenômeno responsável pela diminuição de terras, localizadas na várzea. Devido a esse fenômeno, a área de terras, necessária para a reprodução física e social das famílias, foi diminuindo, agravado ainda pela presença ostensiva de criadores de gado, que atuam no interior das ilhas na várzea do rio Amazonas.

O inverno de 1988 é citado pelos entrevistados como o acontecimento que marca o deslocamento das famílias para a criação do bairro novo, o Pérola do Maicá, no ano em que foi oficializado o reconhecimento direito das comunidades remanescentes de quilombo através do artigo n.º 68 do ADCT da Constituição Federal. Ressaltam ainda que, na ocasião, as famílias egressas do quilombo do Arapemã reivindicaram e foram beneficiadas com 63 (sessenta e três) lotes de terras

³ É uma terminologia usada na região amazônica para designar indiferenciadamente todo processo de erosão fluvial lateral como escorregamento, deslizamento, desmoronamento e desabamento, ocorridos principalmente no rio Amazonas.

na área onde se situa o bairro, concedidos pela prefeitura de Santarém, como uma forma de compensação pelas perdas provocadas pelo inverno daquele ano e o conseqüente problema das terras caídas.

Nas pesquisas em campo e pelos diálogos estabelecidos com os moradores mais antigos, notamos que redes de relações foram estabelecidas entre os que moravam no Arapemã e moradores de Santarém, estes últimos já moravam na área da periferia que posteriormente daria lugar ao bairro de Pérola de Maicá, para que os lotes fossem solicitados pelos moradores de Arapemã à prefeitura. Os primeiros a mudar para o bairro chegam ao início de 1988. Dois anos depois é criada a Associação dos Moradores de Pérola do Maicá (1990) com o objetivo de organizar determinados pleitos perante os órgãos competentes, relacionados à urbanização do bairro. Essa associação passa a funcionar como instância de sociabilidade entre os moradores e de formação de lideranças comunitárias na cidade.

Porém, nem todos aqueles que conseguiram os lotes no bairro permaneceram na cidade, conforme explica os entrevistados mais antigos, pois muitos não se acostumaram com a vida na cidade e voltaram para o Arapemã. Mas as famílias do Arapemã, na concepção do entrevistado, fazem parte do processo de formação do bairro e da trajetória histórica do local, desempenhando papel ativo na organização e estruturação da vida comunitária. A esse respeito evidenciamos a iniciativa de criação da Associação dos Moradores de Pérola de Maicá, em 1991, que partiu de alguns ex-moradores do Arapemã, e o primeiro Presidente era de origem da comunidade de várzea.

Alguns moradores deste bairro, que se autodeclaram quilombolas, seguiram em luta no processo de mobilização comunitária conjunta em busca do título do território quilombola, para garantir a estabilidade na terra – local de moradia e sobrevivência. Politicamente organizados, os moradores do bairro criaram, em 21 de maio de 2006, a Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo do Arapemã Residentes no Maicá (AMRQARM). Ao acionarem o art. 68 do ADCT e criarem, no bairro Pérola do Maicá, uma entidade de representação, que assegura direitos constitucionais aos chamados quilombolas, as ações dos moradores do bairro fazem valer a vigência de uma nova relação jurídica firmada entre o Estado brasileiro e os designados povos indígenas e tribais, através da Constituição de 1988, que se fundamenta no reconhecimento da diversidade cultural e étnica.

Em primeiro de março de 2007, os moradores do quilombo do Maicá, receberam oficialmente da Fundação Cultural Palmares (FCP), a certidão de comunidade remanescente de quilombo. A partir da emissão deste documento, é dada a partida para o processo de estudos, demarcação e titulação do território quilombola do Maicá em Santarém, que foi iniciado oficialmente, em 2007, pelo INCRA, em sua Superintendência Regional de número 30, situada no município.

Em 2013, a prefeitura de Santarém entrou com uma Ação Civil Pública (ACP) para questionar o processo de titulação do Território Quilombola do Maicá, iniciado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2007. Durante a ação, no entanto foi possível verificar que a área onde estava localizada a comunidade não era de propriedade da União, mas do município. Dessa forma, a titulação não se daria pelo INCRA, mas pela prefeitura.

Em 2014, após acordo realizado com INCRA e com a Associação dos Remanescentes do Quilombo do Arapemã Residentes no Maicá, acompanhado pelo Ministério Público Federal, a prefeitura se comprometeu a titular as sete áreas do quilombo.

A demora no cumprimento do acordo fez com que a Justiça Federal determinasse em 2018, que a prefeitura titulasse as áreas no período de um mês. As três primeiras partes do quilombo do Maicá foram tituladas, então, no início de 2019. O processo foi acompanhado com a assessoria jurídica da Terra de Direitos⁴.

Mesmo não sendo toda a área reivindicada para a comunidade e associação, essa titulação já demonstrou o avanço no processo, apesar de toda a demora e burocracia que tiveram que enfrentar por parte da prefeitura de Santarém dificultando o início do processo de titulação da comunidade.

No dia 05/02/2020 representantes da comunidade receberam o título de mais três partes do território, emitido pela Prefeitura de Santarém (Figura 5). Com isso, após a luta dos quilombolas e por determinação judicial, seis das sete áreas que formam o quilombo estão tituladas, compondo mais de 70% do território onde vivem

⁴É uma organização de direitos humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais. A organização surgiu em Curitiba (PR), em 2002, para atuar em situações de conflitos coletivos relacionados ao acesso à terra e aos territórios, seja em áreas rurais ou urbanas. Atualmente, a Terra de Direitos incide nacional e internacionalmente nas temáticas de direitos humanos e conta com escritórios em Santarém (PA), em Curitiba (PR) e em Brasília (DF).

34 famílias quilombolas, com dimensão de 23 mil m², restando a titulação de uma área de 8 mil m².

Figura 5 – Quilombolas do Maicá recebendo a titulação de parte de suas terras



Fonte: Francyele Petry Schramm, tirada em 05 de fevereiro de 2020.

3.2. As ações municipais para o quilombo do Maicá

Nesse tópico faremos uma análise das ações advindas da política municipal, que são destinadas ao grupo étnico quilombola existente no seu território titulado, com o objetivo de entender qual a natureza da relação estabelecida entre os gestores públicos do espaço urbano e os grupos que assumem uma identidade coletiva como o quilombo.

Foi realizada uma análise quanto ao tipo de ações que vêm sendo realizadas no quilombo do Maicá pelo poder público municipal em relação ao ordenamento territorial. Foi utilizado, para aguçar essa compreensão, o Plano Diretor Municipal (SANTARÉM, 2006 e 2017), com enfoque à relação deste mecanismo legal com a realidade territorial construída pelo grupo quilombola.

A utilização do plano diretor ocorre pelo fato de ser uma lei municipal de elaboração obrigatória para os municípios com mais de vinte mil habitantes (art. 182, §1º, da Constituição Federal de 1988) e para aqueles localizados em regiões metropolitanas (DANTAS, 2006, p. 4). O prazo para a que fosse elaborada a lei municipal expirou em 10 de outubro de 2006 (cinco anos após a vigência do Estatuto

da Cidade, Lei nº 10.257/2001).O primeiro Plano Diretor do Município de Santarém foi aprovado em dezembro de 2006. E o processo de revisão do documento ocorreu em 2017, sendo aprovado no mesmo ano.

3.2.1. O plano diretor de 2006

Servindo para dar a percepção a população em geral sobre a cidade, os problemas, conflitos, potencialidades e as próprias soluções para o encaminhamento dos problemas existentes, segundo os dados da Prefeitura de Santarém, foram realizadas 20 (vinte) reuniões comunitárias no período de 10 de janeiro a 01 de fevereiro de 2006, envolvendo 1529 pessoas, de um total de 43 comunidades de 14 regiões incluindo várzea, planalto e rios.

Porém, o projeto aprovado do dia 29 de dezembro de 2006 foi o projeto elaborado pela Prefeitura na câmara de vereadores, ignorando completamente as discussões e propostas feitas em conjunto com os representantes das organizações populares durante os meses anteriores. O que se verifica, deste processo é que a tão proclamada participação popular que se faz necessário na construção do plano diretor participativo e democrático, se reduz a um ato formal de legitimação das ações dos grupos que controlam o Estado excluindo demandas e a voz da camada popular de um município.

Nesse sentido, pergunta-se: Como seria possível a realização de uma política urbana que contemplassem as diferenças étnicas? De que forma estão presentes o reconhecimento e políticas voltadas aos grupos portadores de identidades coletivas na cidade de Santarém? Tentando responder a essas perguntas, verificaremos como as diferenças étnicas foi abordado na lei municipal do Plano Diretor, e, especialmente, ao grupo quilombola que tem território reconhecido na área da cidade.

Dentro do plano diretor, proposto no ano de 2006, os dispositivos que trazem a questão étnica são os artigos 83, 86, 89 e 100. No Art. 83, Capítulo V é referente ao que trata das ações estratégicas do Sistema Municipal de Saúde, apresenta os seguintes incisos referente à saúde de população quilombola:

- VII – Implantar serviços de saúde nas áreas de assentamento, quilombolas e de influência da BR-163;
- XI – implantar um setor específico de saúde étnica;
- XII – incentivar o estudo e pesquisa das práticas de medicina tradicional dos povos indígenas, quilombolas e de comunidades rurais;
- XIII - implementar políticas públicas que conciliem a medicina tradicional dos povos indígenas, quilombolas e comunidades rurais com as práticas de saúde reconhecidamente de valor científico. (SANTARÉM, 2006).

Já nos artigos 86 e 89, apresentam os objetivos na área da Educação, tendo os seguintes incisos direcionados aos quilombolas, respectivamente:

- V – promover adequação curricular que permita a valorização da diversidade étnica e avaliação permanente do trabalho pedagógico em todas as escolas. [...]
- II – criar e garantir um fórum municipal de Educação e Diversidade étnico permanente que discuta as questões desta natureza. (SANTARÉM, 2006).

Reduzindo-se dentro do plano diretor a apenas dois incisos a relevância da educação étnica nas escolas do município, demonstrando um retardo em relação a lei a Lei nº 9.394, de 1996 da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação), pois, no artigo 26-A, apresenta a necessidade da inclusão do ensino sobre a história e cultura Afro-brasileira: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”, que já estava em pleno vigor desde o ano de 2003.

No artigo 100, do Plano Diretor de Santarém de 2006, constam as ações estratégicas na área da Cultura e do Patrimônio Histórico, tendo tais incisos direcionados a:

- I - realizar pesquisas de cunho documental, histórica e etnográfica (iconografia) visando levantar informações que possibilitem consolidar o sentido de pertencimento cultural;
- II - criar e disponibilizar espaços públicos do município para apoio às manifestações culturais. (SANTARÉM, 2006).

3.2.2. A revisão do plano diretor em 2017

No ano de 2017, o plano diretor do município de Santarém passou, por um processo de revisão participativa, pois segundo a lei, determina que o plano diretor seja revisado pelo menos a cada dez anos. O primeiro plano diretor do município de Santarém foi aprovado em novembro de 2006, como apresentado anteriormente, com isso, a revisão deveria ter acontecido até o ano de 2016, mas por questões políticas e de mudanças na gestão, o município não cumpriu esse prazo sendo iniciado apenas em maio de 2017. O mecanismo de Lei teve drásticas mudanças nos artigos referentes à comunidade étnica quilombola, se comparada com ao primeiro plano diretor. A primeira mudança que notamos foi à transformação dos artigos em relação saúde, no qual os anteriores se mantiveram, alterando apenas o artigo 83, se tornando o artigo 85, onde aconteceu a exclusão do anterior inciso: “XI-implantar um setor específico de saúde étnica”.

No entanto, a situação, em relação à saúde da população do bairro e no território quilombola, é totalmente oposta ao que está presente nos incisos do plano diretor proposto desde o ano de 2006, pois uma das principais reivindicações presente na comunidade é a solicitação ao município para a criação de posto de saúde, que é inexistente no bairro até o presente ano de 2024. Para buscarem atendimento de saúde, os moradores, se deslocam para a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) 24 horas, localizada no bairro São José Operário, distante a aproximadamente 4 (quatro) quilômetros. Ainda, o bairro Pérola do Maicá não possui estabelecimento de assistência e atenção farmacêutica.

Outras mudanças também ocorreram nos artigos 86 e 89, em relação à educação, que passou também a ter a inclusão dos artigos 87, 88, 89,90 e 91 como mostra nos incisos abaixo:

Art. 87. São diretrizes da Educação Municipal

I – garantia do acesso e permanência à educação a todos os alunos, inclusive aos povos do campo, das águas, da floresta, aos indígenas, aos quilombolas, e aos PCDs, com sucesso do (a) aluno (a) na escola, até mesmo àqueles (as) que não o tiveram em idade própria; [...]

VI – Respeito à diversidade étnico-racial, quilombola, indígena e de gênero. [...]

Art. 88. São objetivos da Educação: [...]

IV – promover adequação curricular que permita a valorização dos povos do campo, das águas, da floresta, dos indígenas, dos quilombolas, e dos PCDs, com avaliação permanente do trabalho pedagógico em todas as escolas; [...]

VII – Criar práticas inovadoras de educação aos povos do campo, das águas, da floresta, indígenas e quilombolas.

XI- Garantir a discussão e efetivação de educação patrimonial, cultural e memória de forma interdisciplinar no currículo escolar. [...]

Art. 89. São ações estratégicas no campo da Educação: [...]

II - relativas à democratização da gestão da Educação: [...]

f) Garantir a eleição para gestores das escolas de Ensino Fundamental, Unidades de Educação Infantil, indígenas e quilombolas obedecendo suas respectivas leis e normas específicas.

g) Realizar ações que promovam o protagonismo da juventude, das mulheres, negros e negras, povos indígenas e quilombolas e público LGBTQ+ (pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgênero, travestis e outros)

h) Promover ações que assegurem o respeito à diversidade religiosa étnico racial, inclusive os não religiosos. [...]

m) garantir projetos arquitetônicos específicos para construção de escolas indígenas e quilombolas. [...]

p) apoiar a implementação do ensino profissionalizante e superior, no campo (povos das águas, da floresta, indígena e quilombolas) e na cidade, em parceria com os Governos Federal e Estadual, considerando as peculiaridades regionais, quais sejam: pesca, agricultura e recursos florestais e minerais; [...]

III – relativas à democratização do conhecimento e à garantia da qualidade da Educação: [...]

j) Manter e assegurar nas escolas indígenas e quilombolas a merenda escolar diferenciada conforme determina a lei de diretrizes e bases da educação nº9394/96; [...]

l) criação de núcleo de educação específico para os povos indígenas e quilombolas; [...]

Art. 90. São ações específicas para a Educação Especial:

I – promover reformas nas unidades escolares de Ensino Fundamental, de Educação Infantil, Indígenas e Quilombola, dotando-as com recursos físicos, materiais e pedagógicos para o ensino de pessoas com deficiência; [...]

Art. 91. São Ações Específicas para a Educação e Diversidade Étnico-racial:

I - promover a adequação curricular referente a educação quilombola e indígena nas escolas;

II – criar e garantir um fórum municipal de Educação e Diversidade Étnico-racial permanente que discuta as questões desta natureza;

III – Criar o núcleo específico de educação Étnico-racial (indígena e quilombola), com autonomia administrativa, financeira e pedagógica.

IV – firmar parceria com o MEC para fortalecer a Educação Escolar Indígena do Ensino Fundamental, Médio, Infantil, EJA, ensino técnico, tecnológico e superior para os povos indígenas no seu próprio território, respeitando a garantia da Educação diferenciada, multilíngue, multicultural e de qualidade para fortalecimento e valorização da cultura indígena.

V – firmar parceria com o MEC para fortalecer a Educação quilombola do Ensino Fundamental, Médio, Infantil, EJA, ensino técnico, tecnológico e superior para os povos quilombolas no seu próprio território, respeitando a garantia da Educação diferenciada, multicultural e de qualidade para fortalecimento e valorização da cultura quilombola. (SANTARÉM, 2017, p. 36-40).

Tornando assim evidente a mudança no âmbito da legislação educacional inserida no município, porém no bairro Pérola do Maicá, onde está localizado o quilombo, há a escola municipal de ensino de educação infantil e educação fundamental Pérola do Maicá, e não há escola para o ensino médio e tão pouco todas as ações direcionadas para a manutenção de relações étnicas raciais são efetivadas, onde viria para somar positivamente para a criação e conservação de uma identidade quilombo das crianças ali presente, tanto também para questões étnicas existente na sociedade, levando também em conta que a escola é frequentada por crianças do bairro, sendo a maioria dos moradores negros e lidam frequentemente com racismo, tanto estrutural quanto no dia a dia.

A mudança no artigo 100, das diretrizes para a política pública relativa ao patrimônio histórico cultural artístico, paisagístico, arquitetônico e arqueológico, ocorreu em relação ao inciso I e II, constando agora de forma alterada:

Art. 100. São diretrizes para a política pública relativa ao patrimônio histórico cultural artístico, paisagístico, arquitetônico e arqueológico:

I – valorização das memórias e identidades individuais e coletivas expressadas a partir das diversas manifestações étnicas culturais;

II – desenvolver ações de proteção e preservação ao patrimônio histórico cultural artístico paisagístico arquitetônico e arqueológico do município de Santarém, visando sua proteção. (SANTARÉM, 2017, p. 43).

Existente também a inclusão no artigo 101, referente a comunidades étnicas: “**Art. 101.** São objetivos na área do Patrimônio Histórico Cultural [...] V – promover e valorizar os saberes e fazeres tradicionais;” (SANTARÉM, 2017, p.43).

Dentro do quilombo do Maicá foi feito um levantamento junto à equipe do INCRA com antropólogos, historiadores e geógrafos na realização do relatório antropológico de identificação realizado no ano de 2011. O documento é utilizado pela comunidade como um resgate histórico, além da oralidade documentada, que assegura a sua ancestralidade.

Desde o ano de 2008 acontece na comunidade o festival do caju, que ocorre anualmente no mês de outubro, onde é possível conferir a colunaria típica, tendo como base os derivados do caju, entre elas paçoca, castanhas, piracuí com caju, doces e licores. A festa conta com atividades culturais, como a escolha da rainha do caju que veste um vestido confeccionado com material regional, acontece também um torneio de futebol masculino e feminino, o evento termina com a festa dançante. Os moradores sentem a falta da construção de áreas próprias para o lazer, já que no bairro não possui praças, o que possibilitaria a implantação e realização de projetos culturais voltados para a manutenção da identidade quilombola.

Poucas são as práticas existentes por meio do patrimônio histórico cultural, sendo de grande importância, pois com ele é possível conhecer a história e costume de um grupo e tudo o que o envolve, as tradições, os saberes e assim preservar e valorizar os elementos culturais existentes e manter viva a sua identidade.

Ainda, dentre os problemas de infraestrutura constatados, que foram citados pelos moradores do quilombo do Maicá, podemos afirmar que os principais são: falta de limpeza e manutenção das vias públicas, que estão sem pavimentação, ausência de coleta seletiva de lixo, não existem ações de saneamento básico – abastecimento de água e coleta e/ou tratamento adequado de esgoto; e, ineficiência do transporte público.

3.3. Os impactos sócios territoriais causados por projetos externos, da iniciativa privada, no quilombo do Maicá

Nesse tópico será analisado as ações da iniciativa privada, que propuseram possibilidades de ordenamento territorial para o bairro Pérola do Maicá, e como essas ações impactam os moradores do quilombo. Sendo assim, a partir dessas ações,

iremos nos defrontar com impactos ao quilombo do Maicá, que foram provenientes de empresas privadas.

A expansão urbana, decorrente do processo de metropolização, ocorre de forma muito intensa nos últimos anos do século XX, fato corrente em cidades medias na Amazônia. Um dos principais fatores que contribuíram para essa expansão foi a construção dos eixos rodoviários, como a construção da BR-163, rodovia que conecta Cuiabá/MT ao município de Santarém/PA, iniciada em 1973 para auxiliar na “ocupação” da Amazônia e com a função de conectar as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Considerando o eixo da BR-163, podemos afirmar que a ocupação em torno da rodovia, tanto por indução do próprio Estado – com as criações dos assentamentos agrícolas por colonização, por exemplo as Rurópolis e Agrópolis, com por empresas que tiveram incentivos do próprio Estado (IANNI, 1979) . A partir do início deste século, nos eixos rodoviários da BR-163 e da PA-370, nesta última rodovia que liga a cidade de Santarém até a hidrelétrica de Curuá-Una, ocorreram intensas formas de ocupação populacional nas áreas do entorno destes eixos na cidade de Santarém, e notamos que esse acréscimo ocorreu, principalmente, após as construções de alguns conjuntos habitacionais.

Um de notório conjunto habitacional que se instalou as margens da PA-370 em Santarém (Rodovia Curuá-Una), foi o condomínio Cravo do Maicá, próximo ao bairro Pérola do Maicá. Vários outros projetos imobiliários foram se instalando nas margens da rodovia PA-370 na chamada área urbana de Santarém, assim como empreendimentos privados (comércios, serviços), fazendo com que a terra nesse perímetro passasse por acelerada valorização.

Muitos moradores relatam com espanto a rapidez que perceberam as mudanças dos padrões de casas próximas ao bairro, que normalmente eram de madeira e sem muitos acabamentos, agora ganharam outras características, principalmente casas de alvenaria com muros altos. Algumas habitações possuem sistema de segurança com câmeras e cercas elétricas, criando assim uma diferença evidente de quem veio de outro lugar e quem sempre fez parte do bairro.

O receio dos moradores advém sobre garantia de regularização de suas terras, pois o quilombo do Maicá ainda não se encontra com a sua titulação completa, tendo seis títulos de sete, faltando mais um para completar o seu território. Tal área faz parte do planejamento dos moradores do quilombo, para reservar outra porção de terras

como garantia para outras famílias que ainda estão no quilombo Arapemã, caso precisem devido a perda de áreas pelo fenômeno natural de terras caídas, ou por outras necessidades que possam vir a surgir nos núcleos familiares do quilombo da área de várzea.

O município de Santarém é o órgão responsável pela titulação, e os moradores temem que a pretensa área seja ocupada por sujeitos externos ao bairro, com poder aquisitivo e/ou com influência política da cidade.

Outra intervenção privada que ocorreu, e ainda ocorre, é do projeto de porto no lago do Maicá, que a Embraps (Empresa Brasileira de Portos de Santarém) pretende instalar na Boca do Maicá, entrada do rio que se estica por um braço a partir do Rio Amazonas, retornando ao mesmo rio para então seguir seu fluxo em direção ao Oceano Atlântico. Suas águas têm rica biodiversidade e banham cerca de 50 comunidades, todas postas em risco se o projeto do porto avance (TERRA DE DIREITOS, 2020).

Contudo, a mobilização popular e jurídica, surtiu efeito e o licenciamento do projeto está suspenso. A empresa deverá realizar consulta prévia, livre e informada a todas as comunidades atingidas quilombos, indígenas e pescadores, em acordo com a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Os estudos da Embraps eram tão rasos, que sequer reconheceram as comunidades quilombolas na área afetada o que deverá ser acrescentado em um novo estudo a ser apresentado pela empresa (TERRA DE DIREITOS, 2019). Embora não tenha poder de veto, a obrigatoriedade da consulta às comunidades atingidas pode ser considerada uma vitória: após a decisão judicial favorável, às 12 (doze) comunidades organizadas na FOQS (Federação das Organizações Quilombolas de Santarém) apressaram-se para construir seu próprio Protocolo de Consulta, o que também foi feito pelas comunidades indígenas e pesqueiras impactadas (TERRA DE DIREITOS, 2020).

A suspensão do licenciamento também atrasa o cronograma do projeto, que é de alto impacto, permitindo maior tempo para a disseminação de informação na região. A previsão da Embraps era de que, somente no primeiro ano de funcionamento, 4,8 milhões de toneladas de grãos de soja poderiam ser exportadas pelo porto instalado no Maicá, grande parte vinda da região Centro-Oeste do Brasil por meio da BR-163. Vejam que também a infraestrutura de escoamento causa impactos aos territórios: caso semelhante ao da rodovia BR-163 é o da Ferrogrão, projeto de ferrovia que ligará a cidade de Sinop (MT) até Itaituba (PA) e que também causará danos ao longo de seu trajeto, em especial em unidades de conservação e em terras indígenas (TERRA DE DIREITOS, 2020).

Na visão daqueles que são originários da várzea, ou dos que mudaram e residem no quilombo do Maicá, o aumento no fluxo de embarcações pelo rio, devido aos portos de escoamento de grãos, petroleiros, mineração, dentre outros, já é considerado como o principal fator que levou ao agravamento do problema das terras caídas.

Neste sentido, os moradores dos quilombos Arapemã e Maicá, percebem a ocorrência dessas mudanças, que são vistas como causadoras de implicações diretas, tanto na comunidade da várzea e na da cidade de Santarém. Tais implicações afetam negativamente os mecanismos de produção e reprodução social dos que vivem nessas comunidades.

Porém, nas proximidades de onde seria instalado o porto da Embraps, um outro empreendimento foi construído – um porto de combustíveis, à revelia de estudos de impacto ou da participação da comunidade. A empresa responsável é a Atem's, distribuidora de petróleo que opera no Norte do país. Os danos já são sentidos, em especial na pesca, com o derramamento de combustível e o aterramento da área, que mudaram o fluxo de correntes d'água e de peixes. Em março de 2020, o Ministério Público paraense denunciou a empresa, seu sócio administrador e o engenheiro responsável pelo projeto pela prática de crimes ambientais. Para o órgão, a obra avançava sem a licença do órgão ambiental competente, além de ter sido apresentado um licenciamento divergente à Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará, que se referia a cargas não perigosas – quando era sabido. Desde o princípio, o objetivo de construção e instalação portuária para distribuição de combustível (carga perigosa) (TERRA DE DIREITO, 2020).

Após a mobilização dos movimentos sociais de Santarém contra o empreendimento, que sem consulta às comunidades locais, que violava direitos e compromete a biodiversidade da região, a Justiça Federal suspendeu as licenças prévia e de instalação do empreendimento da Atem's e determinou a paralisação imediata das obras. No entanto, observamos que o empreendimento petrolífero está em pleno funcionamento até os dias atuais (TERRA DE DIREITO, 2020).

3.4. A identidade quilombola construída na relação sociedade e espaço

Este tópico tem a finalidade de descrever como vivem os quilombolas de Maicá e quais fatores constituem para a unidade do grupo. Como já dito, o quilombo do Maicá

é composto por famílias provenientes do Arapemã, porém nem todas as pessoas inscritas na Associação Quilombola do Maicá se auto intitulam quilombolas.

Uma parte das famílias residem nas proximidades do bairro Pérola do Maicá como Uruará e Área Verde, em lotes próprios. A aceitação de pessoas que residem em outros bairros da cidade, ocorre em razão de que o critério eleito pelo grupo, para definir o direito de fazer parte grupo, é o fato de já ter residido no quilombo Arapemã. Ressalte-se que, residir não significa apenas morar fisicamente, mas guarda uma série de significados ligados a existência de laços sociais profundos no quilombo Arapemã.

Os quilombolas da Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo do Arapemã Residentes no Maicá (AMRQARM), pretendem reforçar e em alguns casos, reconstruir os laços de afinidade e solidariedade que existiam quando moravam ainda no Arapemã. Assim, muito embora residentes em bairros distintos na cidade, buscam se reaproximar, na medida em que compartilham o mesmo modo de vida.

Este modo de vida se expressa no desenvolvimento das mesmas “práticas sociais”. Tais práticas se constituem num conjunto de regras, instituições sociais e modos de fazer, de criar e de viver, construídas sobre condições históricas e culturais bastante peculiares e comum em meio a um grupo social. Contudo, guardam grande flexibilidade, pelo fato de que podem ser modificadas livremente pelo grupo quando houver necessidade pela imposição das divergências históricas, como é o exemplo do quilombo Arapemã residentes no Maicá. Devido a necessidade de mudança do seu território de origem se viram inseridos em uma dinâmica urbana, sendo afetados diretamente por essa nova dinâmica do espaço. Assim, as práticas sociais constituem um dos elementos distintivos deste grupo frente a outros. Entre essas práticas, a pesquisa de campo pode identificar um conjunto relacionado, sobretudo, as práticas produtivas ligadas à manutenção e subsistência, que se desenvolve por uma rede de atividades, as quais são distribuídas entre os membros da família.

Foram identificadas as seguintes atividades produtivas exercidas pelos quilombolas do Maicá: Pesca artesanal, Extrativismo, Empreita na roça, Tiração de barro, criação de gado, criação e galinha, criação de porco, retirada de esterco, cultivo de hortaliças e trabalho doméstico na cidade. Tais práticas produtivas, além permitir visualizar um modo de vida comum do grupo, permite a diferenciação do grupo no meio social.

Conforme as observações de campo, as atividades são múltiplas, não havendo família que pratique qualquer uma delas isoladamente. Outro dado importante relacionado às atividades é que, mesmo morando em área urbana, o grupo desenvolve atividades que são tidas como rurais. Importa chamar atenção, o fato de que as atividades não são as mesmas que se desenvolviam no Arapemã. Elas são “novas atividades”, na medida em que as famílias buscam novas estratégias em face da situação, de terem se deslocado para a cidade. Os conflitos vivenciados na cidade fazem com que esses grupos se utilizem de novas estratégias para garantirem a sua reprodução física e cultural.

Porém, mesmo que novas atividades tenham sido incorporadas, tais como: a extração de pequenos frutos, a empreitada na colônia e pequenos trabalhos domésticos, a pesca ainda continua sendo a principal atividade praticada pelos membros do grupo. Todos, compreendendo os entrevistados e aqueles com quem somente foi estabelecida uma conversa informal, destacaram a importância da pesca artesanal para complemento de renda, fonte de alimentação e, para distração e lazer. Assim, as pescarias são realizadas, quase sempre, em pequenos grupos de duas ou três pessoas, alternadas entre aqueles que são “parentes do Arapemã”.

Outro elemento observado é a realização de troca de produtos entre os membros, como: ervas para a confecção do chá, que são utilizados nos pequenos tratamentos, frutas, verduras entre outros. Esse procedimento alimenta um fortalecimento dos laços e uma rede de solidariedade, articulada no sentido de auxiliar algum membro do grupo, que se encontra em dificuldade.

Tudo isso serve para confirmar que, a “territorialidade específica” do quilombo do Maicá, somente pode ser observada a partir da compreensão da abrangência da rede de relações sociais que estes estabelecem entre seus membros que se encontram dispersos pela cidade. Quer dizer, o território quilombola em tese não está adstrito à zona urbana ou a zona rural do município, tampouco aos bairros administrativamente delimitados, mas formam um território único e contínuo que emana um feixe de relações sociais.

Podemos adiantar ainda, que os costumes culturais, que caracterizam um estilo de vida específico, são tidos para aquelas famílias que migraram para a cidade, como elementos de distinção que bem demarcam as fronteiras sociais entre o universo da cidade e aquele referido aos designados sítios de origem, e balizam as relações sociais mantidas na cidade. Como signos de distinção estes costumes, explicitam

formas de organização social que evidenciam um modo de viver e existir peculiar que orienta as ações dos agentes sociais no plano do cotidiano.

Outro ponto negativo que é bastante recorrente na fala dos membros da comunidade, principalmente dos que estão envolvidos com a associação dos moradores, é a falta de participação, de interesse, dos jovens, de até 21 anos, nos assuntos da associação do quilombo do Maicá. A relação que acontece, é que a geração mais jovem não viveu os momentos conflituosos, poucos eram nascidos. Aparentemente, depois da titulação, muitos jovens ficaram alheios à uma experiência que foi importante para o fortalecimento da identidade quilombola. Muitos moradores afirmam que conviver com algumas situações de violência que ocorrem na cidade, está provocando mudanças no comportamento dos jovens do quilombo.

O maior interesse em expor essa situação não é problematizar a violência em si. A violência, assim como as drogas, a prostituição e outros problemas sociais ocorrem em qualquer lugar, principalmente devido à falta de oportunidades inerentes à conjuntura da sociedade. É importante relacionar essas questões com a possível inexistência de uma identidade territorial quilombola, e ainda, indagar que identidade será consolidada futuramente.

Ao que parece, esse desinteresse surgiu de alguns pais e mães dos jovens em questão. As assembleias de prestação de contas da associação muitas vezes ficam esvaziadas. É necessária fazer grandes mobilizações, de casa em casa, para tentar aumentar a quantidade de pessoas.

O quilombo do Maicá não é homogênea em relação à identidade territorial. Nem todos que estão lá se consideram quilombola. Basta lembrar que muitas famílias que estão lá migraram de outros municípios do interior, tendo, inclusive, pessoas de outros estados. Alguns se instalaram depois do grande conflito fundiário que houve, após o momento da titulação. Entretanto, será que esses habitantes do território defenderão as suas terras contra possíveis conflitos que possam surgir no quilombo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quilombos sofrem constantemente pressões de várias naturezas. Os exemplos são inúmeros, assim como os trabalhos de pesquisa que denunciam esses fatos negativos.

Maior ainda são as pressões e os conflitos gerados por quilombos que estão em áreas de grandes empreendimentos. O quilombo do Maicá, em Santarém, deve servir como exemplo para outras comunidades e povos tradicionais. Seu histórico de luta para permanecer no território traz até hoje desafios que enfrentam em nome do “desenvolvimento”.

Um dos principais pilares da luta a essas pressões é a construção e o fortalecimento da identidade quilombola: identidade social, política e territorial.

Nesse sentido, ao considerarmos as principais questões levantadas na construção deste trabalho, primeiramente sobre os impactos sócio territoriais e como se expressa na identidade quilombola, podemos afirmar que muitas ações de natureza pública e privada influenciam diretamente a dinâmica do território do quilombo. Tais ações podem influenciar negativamente as práticas territoriais, pois a forma de trabalho com a terra, a reprodução do modo de vida específico, a apropriação espacial construída ao longo dos anos, são formas de expressão da identidade do quilombo, que ainda é mantida por muitos.

A relação do quilombo do Maicá com a cidade, influência de várias formas os moradores, onde alguns apontam vantagens em estabelecer essa interação, como a geração de novas oportunidades de trabalho, de estudo e de lazer. Entretanto, é percebido o descontentamento com os problemas trazidos, principalmente quando se relaciona à influência negativa aos jovens - violência, drogas, entre outros problemas são apontados dentro do quilombo. Essas situações podem atrapalhar a reprodução da identidade quilombola no futuro.

A última questão analisada foi: Como o poder público e projetos da iniciativa privada atuam nas mudanças ou na manutenção do território quilombola? Ficou evidente que os quilombolas são tratados pela Prefeitura como público diferenciado, somente no que diz respeito ao atendimento das políticas sociais, como saúde, educação e patrimônio cultural. Sobre o reconhecimento do território quilombola, os moradores do quilombo do Maicá não são totalmente atendidos, pois, cria-se a falsa imagem de que se pode dissociar o território do modo de vida desses grupos, entretanto, devido à falta de implementação de muitas políticas e projetos,

direcionados para as comunidades quilombolas, o território acaba por ser enfraquecido.

É urgente a necessidade de fortalecer a identidade quilombola, para que esse povo possa se preparar para eminentes conflitos que os ameaçam e que estejam por vir. O desejo é que esse debate possa ser ainda mais aguçado, e que possamos contribuir com a luta e na continuidade da reprodução do modo de vida do território quilombola, território etnicamente configurado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2 ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia.** São Paulo: Garamond, 2006.

BORGES, M. S. L. **Terra:** ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

BOSSÉ, Mathias Le (2004). As questões de Identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). Paisagem Textos e Identidade. Rio de Janeiro. Ed. UERJ.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394, de 1996,** de 20 de dezembro de 1996.

CASTRO Edna; MARIN, Rosa Acevedo. **Negros do Trombeta guardiões de matas e rios.** Ed. Cejup, Belém, 1998.

CARVALHO, Diana Maria Gomes de. Percepção ambiental do projeto de turismo de base comunitária no Bairro Pérola do Maicá, Santarém-Pa. Orientadora: Glauce Vitor da Silva. 2023. 20 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Ambiental)** - Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2023.

CRUZ, Valter. Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia. **Dissertação** (Mestrado). Programa e Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. 200 f

DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. **Planos Diretores na Amazônia:** participar é um direito. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

DONATO, Alexandre Valente Moreira; OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. Expansão urbana e periferização em Santarém – PA: estudo sobre o vetor da rodovia Cuiabá – Santarém (BR-163). In **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos.** Porto Alegre, 2010.

GONÇALVES, C. W. P. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ceceña, A. E; Sader, E. (Org.). **La guerra infinita:** hegemonía y terror mundial. (Buenos Aires: Clacso). 2002.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e baianos no “novo” nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná et al (Orgs.). **Questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 367-415.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

LEITE. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: **Centro de estudos de antropologia social**. Etnográfica, Vol. IV, p. 333-354, 2000.

LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. v. IV (2). Florianópolis: Etnográfica, 2002, p. 333-354.

MPPA – Ministério Público do Estado do Pará. **Responsáveis por terminal portuário na região do Maicá são denunciados**: Empreendimento, projetado para distribuição de combustível, apresenta irregularidades no licenciamento ambiental. Santarém 03/03/2020. Disponível em: <<https://www.mppa.mp.br/noticias/responsaveis-por-terminal-portuario-na-regiao-do-maica-sao-denunciados.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MALHEIRO, B. C. P; TRINDADE JUNIOR., S. C. **Entre rios, rodovias e grandes projetos: mudanças e permanências em realidades urbanas do Baixo Tocantins** (Pará). In: TRINDADE JUNIOR., S. C; CARVALHO, G. Pequenas e médias cidades na Amazônia. Belém: UFPA, 2008.

MOURA, Glória. **Ilhas negras num mar mestiço**. Carta: falas, reflexões, memórias. Publicações do gabinete do senador Darcy Ribeiro, Brasília, v. 4, n.13. 1994.

MOURA, G.; CHAVES, R.; SECCO, C.; MACEDO, T. Quilombos contemporâneos no Brasil. In: **Brasil/África**: como se o mar fosse mentira. São Paulo: Unesp. Luanda/Angola: Chá de Caninde. 2006.

MOURA, M. G. V. Ritmos e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa. 1997. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MUNANGA, K.; Gomes, N. L. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: história realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

OLIVEIRA, F. B. Identidade e território da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata Aparecida de Goiânia – Goiás – Brasil (1988 – 2015). Anápolis – GO, Brasil, 2016. **Dissertação** (Mestrado), Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2016.

RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz do Nascimento. Instituto Kuanza, imprensa oficial, São Paulo, 2006.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTARÉM. Lei nº 18.051, de 29 de dezembro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Santarém. Diário Oficial do Município de Santarém. Santarém, PA, 29 dez. 2006.

SANTARÉM. 2017. MINUTA DO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SANTARÉM. Disponível em: <<https://santarem.pa.gov.br/institucional/plano-diretor-e-planos-setoriais>>. Acesso em 14 ago. 2023.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O retorno do território. In.: SANTOS, Milton et al (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Annablume/Hucitec/ANPUR, p. 15-20, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (org.), **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, V. S. Do Mucambo do Pau Preto à Rio das Rãs: liberdade e escravidão na construção de um quilombo contemporâneo. Salvador: UFBA, 1999. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil. 1999.

TERRA DE DIREITOS. **Um porto entalado na boca do rio**. 31/05/2020 Amigos da Terra Brasil. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/um-porto-entalado-na-boca-do-rio/23358>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

TERRA DE DIREITOS. **Justiça Federal mantém suspenso licenciamento de porto que afetará comunidades quilombolas de Santarém**. 08/10/2019. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/justica-federal-mantem-suspenso-licenciamento-de-porto-que-afetara-comunidades-quilombolas-de-santarem/23169>>. Acesso em 14 abr. 2024.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 135. 2011.

VALE, Ana Rute do; GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo (orgs.). **Geografia: ações e reflexões**. 2006. p. 232-246.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: UFPR, 2004.

VIEIRA, Judith Costa. **Quilombolas na cidade: dilemas do planejamento urbano frente ao território do quilombo do Maicá em Santarém-PA**. 2008, 30 p.